

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
REPOSITÓRIO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E INTELLECTUAL DA UNICAMP

Versão do arquivo anexado / Version of attached file:

Versão do Editor / Published Version

Mais informações no site da editora / Further information on publisher's website:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8653588/18630>

DOI: 10.20396/rho.v18i3.8653588

Direitos autorais / Publisher's copyright statement:

©2018 by UNICAMP/FE. All rights reserved.

DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Cidade Universitária Zeferino Vaz Barão Geraldo

CEP 13083-970 – Campinas SP

Fone: (19) 3521-6493

<http://www.repositorio.unicamp.br>



EDITORIAL

Publicamos a Revista Histedbr On-line edição de número 77 em tempos de acirramento político nacional durante as eleições presidenciais mais difíceis desde os primeiros momentos da “Nova República”, com o avanço da extrema direita em mais uma de suas expressões que têm se tornado recorrentes no cenário mundial. Sintomático deste quadro é a ausência do debate fundamentado, que traga à tona os desafios concretos colocados à sociedade brasileira, relativos às possibilidades e às condições de trabalho, à saúde e à educação, este último tema central deste periódico. Nestas difíceis circunstâncias e diante do empobrecimento do debate público é da mais alta relevância propiciar intervenções de intelectuais que possam discutir substancialmente os temas educacionais e as dificuldades a enfrentar. Neste intuito, abrimos a revista com o artigo da Professora Maria de Fátima Félix Rosar convidada para contribuir na “Seção Debates”. Ela traz em seu artigo “Trabalho e educação: categorias fundantes do processo de desenvolvimento humano e da pedagogia histórico-crítica.” uma análise extremamente oportuna que discute as determinações históricas da relação entre trabalho e educação e põe em relevo as limitações orçamentárias que as áreas sociais e especialmente a educação está exposta desde a Emenda 95, promulgada em dezembro de 2016, bem como salienta a precarização do trabalho das professoras brasileiras provocada por diversas vias, entre as quais estão a flexibilização da legislação trabalhista e a permissão e o incentivo à expansão do ensino à distância não somente no nível superior, mas, também no ensino médio com a Lei que regula a Reforma do Ensino Médio. O que se evidencia é que numa sociedade de classes com as especificidades da realidade brasileira, as condições de igualdade e dignidade que poderiam ser resultados de uma educação pública voltada a este fim mostram-se irrealizáveis sob o avanço dos interesses rentistas e da concentração cada vez mais intensa do poder no tope.

Na segunda década do século XXI vemos a reiteração sem reboços da dualidade educacional, que condena jovens pobres a não vislumbrarem acesso à universidade pública, enquanto se “profissionalizam” no ensino médio para uma entrada mais rápida em um mercado de trabalho cada vez mais flexível e perverso. Parece urgente estudarmos nossas derrotas históricas e colocarmos na ordem do dia as lutas que, por vezes malogradas, nunca se fizeram tão urgentes como as relativas à defesa da escola pública, laica e gratuita para todos sem distinções.



Entre os artigos que se vinculam mais diretamente com temas da história da educação, está o que trata de uma missão de estudos enviada ao Uruguai realizada por um grupo de professores do Rio Grande do Sul em 1913, com o intuito de conhecer o grau de adiantamento da instrução pública neste país. As fontes utilizadas foram dois jornais da época: “Correio do Povo” e “A Federação”, que veicularam diferentes posicionamentos sobre o tema. O artigo ora publicado tem por título “Uma missão de estudos ao Uruguai: o debate estabelecido nos jornais Correio do Povo e A Federação, de autoria de Caroline Braga Michel e Eduardo Arriada.

Ainda ligados à temática da história da educação estão os seguintes textos: “Instrução pública no Paraná: o ensino primário na visão de Caetano Munhoz da Rocha expressas nas mensagens de governo (1920-1924), de Cassio de Souza Farias. O autor utiliza fontes do Departamento de Arquivo Público do Paraná para discutir as propostas de expansão do ensino público no estado, sob a influência do “entusiasmo pela educação”. No artigo seguinte, o pesquisador Antonio Fontoura aborda criticamente os trabalhos acadêmicos que enaltecem o trabalho do médico José de Albuquerque no Círculo Brasileiro de Educação Sexual nos anos de 1930 e 1940, com o título: “José de Albuquerque, o esquecível: método histórico e o pioneirismo na educação sexual no Brasil”.

No artigo “Imperialismo Total e Educação na Revolução Burguesa no Brasil (1946-1985)” de Fabiana de Cássia Rodrigues e Fabio Antonio de Campos, os desafios educacionais são discutidos a partir da interpretação de Florestan Fernandes sobre a formação do capitalismo brasileiro no período do “imperialismo total”, conceito desenvolvido pelo sociólogo em sua obra.

Há também o artigo de autoria de Adriele Aparecida Squincalha da Silva e Rosemeire de Lourdes Monteiro Ziliani, com o título “Institucionalização da educação no Sul do Mato Grosso: a escola paroquial “Vicente Pallotti”. As autoras utilizam fontes documentais orais e imagéticas para tratar a institucionalização da educação no município de Fátima do Sul, a partir da criação da Escola Paroquial Vicente Palotti que veio a compor a Rede Estadual de educação e inscreveu-se em discursos que tomaram a educação como condição para o desenvolvimento e progresso da região e da nação.

A educação infantil é tema central de dois dos artigos: “Infância: desaparecimento ou metamorfose?” de Arnaldo Nogaro, Hildegard Susana Jung e Elaine Conte. Os autores problematizam o surgimento do conceito de infância e seu possível desaparecimento ou morte no cenário contemporâneo. O artigo de Jaqueline Delgado Paschoal, com o título “Entre a pré-escola obrigatória e creche opcional: reflexões sobre o direito da criança à educação de qualidade”, discute a partir de uma problemática contemporânea o direito da criança à educação de qualidade, independentemente da obrigatoriedade ou da opção da família pelo acesso à creche.



Quatro artigos abordam as políticas educacionais no Brasil: “Educação desinteressada e a análise de políticas educacionais” de Simone Fátima Flach e Anita Helena Schlesener apresentam o pensamento de Antonio Gramsci sobre a educação desinteressada para a formação integral dos estudantes buscando contribuir para a discussão acerca das políticas educacionais brasileiras. O texto de Fábio Araújo de Souza e Marta Lopes Flores “Organização social de educação e seu financiamento: a nova panaceia para educação de Goiás?” traz os resultados da pesquisa que analisou a implantação da gestão compartilhada entre a Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte e a Organização Social de Educação. Michele de Mendonça Leite e Régis Henrique dos Reis Silva apresentam “Sentidos e significados atribuídos pelos professores sobre a educação escolar da pessoa com deficiência e/ou necessidades especiais na escola de tempo integral”. Há ainda o texto de Paulo Henrique de Vasconcelos que trata das políticas educacionais voltadas para o campo, com o título “Educação do campo: marcos normativos. Quais indivíduos as políticas públicas pretendem formar?” O artigo resulta da análise do documento oficial “Educação do campo: marcos normativos”, publicado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, a fim de identificar pressupostos ideológicos que influenciam a formação do indivíduo do campo na perspectiva das políticas públicas.

O artigo “Raízes de ébano: educação como caminho da liberdade no cinema” de Alexandra Lima da Silva analisa os significados da educação a partir de um conjunto de filmes protagonizados por personagens afrodescendentes nos Estados Unidos e no Brasil.

Esta edição conta com um texto escrito por dois professores argentinos, um da Universidad de Buenos Aires e uma docente do Bachillerato Popular para jóvenes y adultos Chivalerta, juntamente com o Professor Henrique Novaes da Universidade Estadual Paulista. Eles tratam da articulação entre empresas recuperadas pelos trabalhadores (ERTs) e os bachilleratos populares (BPs). O texto mostra que a conexão entre as ERTs e os BPs foi promovida pela Cooperativa de Educadores e Pesquisadores populares.

Em tempo, informamos que após contato com os partidos progressistas participantes das eleições presidenciais de 2018 no Brasil, avaliamos que não seria possível encaminharmos a proposta de análise das propostas educacionais na seção debates da *Revista Histedbr on-line*, até porque outras instituições como a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd) realizou esse trabalho (ver: <http://www.anped.org.br/content/eleicoes-2018-analise-de-propostas-para-educacao-dos-candidatos-presidente>).

Oportunamente, agradecemos a participação dos professores dos GTs HISTEDBR da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) na organização deste número da Revista, bem como aos nossos colegas pareceristas “*ad hoc*” pela contribuição fundamental na publicação de mais um número da *Histedbr on-line*.



Por fim, enquanto expressão do nosso compromisso com a socialização do conhecimento e do pensamento crítico convidamos nossos leitores a leitura de uma variedade de temáticas e períodos históricos da educação brasileira resultantes dos trabalhos de autores(as) vinculados(as) às diversas instituições escolares de ensino básico, profissional e superior nacionais e internacionais, conforme a lista, a seguir: Universidad de Buenos Aires, Rede Municipal de Aparecida de Goiânia, UNESP, UEMA, UFPEL, UNESPAR, UFPR, URI, UNICAMP, UFGD, UNILASALLE, UEL, UEPG, UTP, UFRJ, UFG e UERJ.

Boa leitura!

Editores(as) da *Revista Histedbr on-line*.

Régis Silva, Luciana Coutinho, Fabiana Rodrigues e Mara Jacomeli.